

Adua divulga bandeiras de luta para 2013



Atualização do regimento interno da seção sindical, intensificação da campanha de filiação dos docentes em todos os campi da Ufam e regularização do desconto dos sindicalizados são algumas das prioridades do plano estratégico da Adua para este ano. As atividades previstas englobam ações no âmbito da seção sindical e do Sindicato Nacional. Página 6 e 7.



ASSEMBLEIA

Posse do Crad e escolha dos delegados para 32º Congresso do Andes-SN marcam 1ª AG do ano

Página 5

ATUALIZAÇÃO

Estatuante é tema de debate no Consuni

Página 10

ENTREVISTA

Mestre aposta nos GTs para categoria

O professor da Faculdade de Educação da Ufam, Jacob Paiva, fala sobre a dinâmica dos Grupos de Trabalhos (GTs) e orienta como eles podem contribuir no assessoramento da diretoria da entidade. Página 9



Esta edição traz como enfoque os muitos planos da ADUA em 2013, que já estão em andamento. São algumas ações políticas organizacionais, tais como a eleição e posse dos membros do Conselho de Representantes das Unidades (Crad), que é uma das instâncias de deliberação responsável por apontar as diretrizes a serem executadas pela diretoria da entidade. Esta deve realizar a articulação política do Crad em Manaus, Itacoatiara, Coari, Parintins, Benjamin Constant e Humaitá, inclusive com a atualização do Regimento Interno da seção sindical para ampliar a participação dos docentes dos campi na vida sindical, da mesma forma, a retomada e conclusão do processo estatuinte da Ufam.

Também faz parte desse planeja-

mento a articulação das ações políticas no âmbito do movimento docente, com a melhor estruturação dos Grupos de Trabalho (GTs). É o caso, por exemplos, dos GTs Política Educacional e Carreira; Etnia, Gênero e Classe e Formação Sindical.

Outro foco será a formatação de turmas do curso de formação sindical continuada, com a oferta da disciplina "Relações Sindicais", que tem na ementa as temáticas: antecedentes e a conceituação do sindicalismo; o surgimento do sindicalismo na Europa e no Brasil; a evolução do Movimento Sindical Brasileiro; as perspectivas e as tendências do Movimento Sindical no Brasil e no mundo, além de um tópico, exclusivamente, destinado ao estudo do sindicalismo no âmbito da Universidade Pública.

Como bandeira de luta neste ano,

a ADUA traz ainda a regularização do desconto dos sindicalizados, equalizando às novas filiações e desligamentos, bem como a atualização dos valores. A entidade vai intensificar a campanha de filiação dos docentes em todos os campi da Ufam, com o recadastramento dos sindicalizados para atualizar dados e aprimorar a comunicação com a base da entidade. Uma das metas a ser conquistada também é a reforma da sede, visando a melhoria do acolhimento aos sindicalizados.

Paralelamente a essas lutas, a ADUA irá continuar ampliando a participação nas atividades do Sindicato Nacional – como o 32º Congresso do ANDES –, a articulação da consolidação da CSP – CONLUTAS no Amazonas e a promoção da luta com outras entidades sindicais e movimentos sociais.

Notas

Agenda com o MEC

Em reunião com os diretores do Andes-SN, no dia 15 de janeiro, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reconheceu a necessidade de estabelecer uma agenda de reuniões com o Sindicato Nacional para tratar da pauta apresentada pela entidade. Nas conversas estarão incluídas, principalmente, questões referentes à carreira docente e as condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino (Ifes). Também serão discutidos temas como concursos públicos, avaliação institucional, política de pesquisa nas Ifes, a relação com as agências reguladoras (Capes e CNPq) e infraestrutura nos campi.

Condições precárias

No município de Coari, como em muitas outras Ifes do País, são muitas as dificuldades infraestruturais. Na tentativa de encontrar melhorias, os docentes do município já realizaram uma reunião com o secretário municipal de saúde para falar das dificuldades do curso que depende de espaço e equipamentos adequados para atividade de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os docentes também montaram uma comissão para fazer o levantamento de todo o espaço físico disponível do campus para otimizar as salas. Para minimizar o problema de falta de materiais para a realização de aulas, os professores têm feito, inclusive, rifas.

Desestruturação

Começa a valer, a partir de março, os reajustes "pífios" nos salários dos professores federais, resultado de negociação para fim da greve realizada pelo governo e o Proifes, entidade "chapa

branca" que representa menos de 3% dos docentes das Ifes. O reajuste e imposição dessa formatação da carreira são classificados pelo Andes-SN, entidade representativa da maioria da categoria, como medida desestruturante.

Conselhos

Foi realizada em Manaus, no dia 16, a eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores da Ufam. Foram definidos os representantes do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), Conselho de Administração (Consad) e Conselho Universitário (Consuni). Devido a problemas no transporte do material do pleito para o interior, a eleição nas unidades fora da sede só pode ocorrer sete dias depois.

Até 24 de janeiro, a administração da Ufam não havia divulgado o resultado.

Repúdio

Representantes de associações acadêmicas enviaram, na primeira quinzena de janeiro, uma carta para o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em repúdio à criação do "Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade". O prêmio é direcionado às teses e dissertações sobre temas ambientais e foi criado a partir da parceria entre a Capes, agência do Governo Federal, e a mineradora, considerada a pior empresa do mundo no âmbito dos direitos humanos e do meio ambiente.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (presidente), Antonieta do Lago Vieira (1º vice-presidente), Rafael Bellan de Souza (2º vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2º secretária), Raimundo Nonato Pinheiro (1º tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino de Oliveira (2º tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459).

Jornalista responsável: Daisy Melo (SRTE-AM 219).

Reportagem: Anderson Vasconcelos, Daisy Melo e Andes-SN.

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Daisy Melo e Arquivo/Adua.

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

■ Morosidade

Justiça Federal leva mais de uma década para encerrar “Processo INSS”

Depois de doze anos, chega ao fim uma das contendas judiciais propostas pela Adua, visando assegurar os direitos dos sindicalizados. Trata-se do processo de execução 2006.32.00.003161-3, mais conhecido como “Processo INSS”, em que 24 professores aposentados questionavam, na Justiça Federal, um desconto indevido de contribuição previdenciária. Três credores já haviam recebido o pagamento em 2011. Para os outros 21 aposentados, o ressarcimento está disponível desde o dia 7 deste mês. Os depósitos estão distribuídos entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

De acordo com assessor jurídico da Adua, José Barbosa, a disputa judicial deu-se em virtude da edição da Medida Provisória nº 1.463-3. “Na época, ela estabeleceu a obrigação dos aposentados em recolher um im-

posto que não se converteu em lei na data prevista. Logo, aquilo que já havia sido descontado ficou em situação de irregularidade. Foi esse desconto indevido que fomos buscar”, explicou. Com o pagamento desses últimos credores, o processo está quitado.

O assessor jurídico explicou

Vinte e quatro professores aposentados são ressarcidos por cobrança indevida

que os 24 aposentados foram os únicos que responderam à convocação da seção sindical, no início do processo de reinvindicacão da cobrança indevida. “A Adua tem um universo muito maior de professores aposentados, mas muitos, naquela ocasião, não se deram conta desse

desconto indevido. Hoje, já não é mais possível recorrer, pois o prazo para esse pleito prescreveu”, alerta.

O ressarcimento, considerando os valores descontados à época, acrescidos da atualização, gira em torno de R\$ 450 mil, que foram distribuídos entre os credores, proporcionalmente ao desconto sofrido. A lista de beneficiados está disponível na página eletrônica da Adua, na seção “Publicação”.

Processo 3,17%

Outra ação proposta pela Adua se “arrasta” desde 2002 e ainda não chegou ao status de quitação total. O pagamento referente ao 2006.5067-5, mais conhecido como “Processo 3,17%”, já foi liberado para 324 sindicalizados, conforme a última lista divulgada no dia 14 de dezembro do ano passado. O número corresponde a apenas 37,3% do total de do-

centes inclusos na ação.

Em comparação à primeira lista de professores aptos para recebimento, divulgada no dia 28 de novembro de 2011, a quantidade de credores atual é 2,5 vezes maior. Mais de 500 docentes ainda aguardam a liberação do pagamento.

A lista de beneficiados também pode ser conferida no site da Adua (www.adua.org.br). Os professores, cujos nomes constam na listagem, e que ainda não sacaram o crédito, devem entrar em contato com o assessor jurídico da Adua para agendar o recebimento junto à Justiça. Na ocasião, devem trazer a cópia do RG, CPF e de um comprovante de residência que esteja em seu nome.

Barbosa explicou que o pagamento ocorre a cada grupo de 10 professores e está previsto para ocorrer em intervalos de até 60 dias. Os nomes na lista são escolhidos aleatoriamente pela

Justiça. O valor que cada professor irá receber vai obedecer a itens como titulação, tempo de serviço e salário, do período em que a ação foi iniciada.

Os docentes estão divididos em 87 grupos e precisam aguardar o esgotamento das possibilidades de discussão de valores para receberem, além de verificar se há pendências na entrega de documentos.

Lentidão judiciária

O processo tramita na 3ª Vara da Justiça Federal da seção judicial do Amazonas há 11 anos. A morosidade da Justiça na condução desses processos já foi alvo de contestação por parte dos docentes. Em 2010, a categoria publicou nos principais jornais de Manaus uma nota de repúdio, manifestando descontentamento em relação à lentidão do judiciário quanto ao “Processo 3,17%”.

Em entrevista ao Jornal da Adua, o advogado José Barbosa fez duras críticas à postura do judiciário em ações que envolvam o governo. “Os juízes, de maneira geral, têm colaborado com a União. Não sei se isso se deve à questão salarial, porque eles recebem dos cofres públicos. Mas,

o juiz não deve ter compromisso com a geração de recursos. Ele tem é que punir as evasões de recursos, os demandos, os ‘elefantes brancos’”, argumentou, contestando a falta de

“consciência social” dos magistrados.

“Eu tinha uma confiança de que a justiça federal era uma elite nesse aspecto. Não é. É uma

vergonha!”, afirmou.

Por outro lado, Barbosa também questiona a ação da União na tentativa de sempre protelar os processos. “Existe uma falta de ética profissional por parte da União quando se tenta discutir questões passadas, na tentativa de protelar as ações. A advocacia geral da União deve ter uma responsabilidade sobre isso, pois não pode ter esse tipo de comportamento. O direito já consagrado, transitado em julgado, deve ser respeitado. Senão, a Justiça acaba sendo usada de forma procrastinatória, prejudicando efetivamente quem está com o direito a ser discutido”, disse.

O assessor jurídico criticou a

“espécie de relação” que existe entre os dois poderes, cuja independência é prevista na Constituição Federal. “É como se houvesse uma convivência, uma parceria, eu diria sem receio algum, do Judiciário com a União. A Justiça protege a União como se protegesse a si mesma. Nesse aspecto, é a ética da finalidade da lei,

que é atender, pacificar a sociedade quanto aos conflitos de direito”, argumenta. “Essa ‘troca de favores’ é um absurdo”, lamenta.

“

Existe uma falta de ética profissional por parte da União quando se tenta discutir questões passadas, na tentativa de protelar as ações. A advocacia geral da União deve ter uma responsabilidade sobre isso, pois não pode ter esse tipo de comportamento. O direito já consagrado, transitado em julgado, deve ser respeitado

”

Assessor jurídico critica atuação da Justiça Federal



Conquista

Procuradoria Geral da República ajuíza Adin contra Ebserh

Fotos: Divulgação e Arquivo Adua

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ajuizou, no dia 8 de janeiro, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4.895) contra dispositivos da Lei 12.550/2011, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Para Gurgel, a lei viola dispositivos constitucionais ao atribuir à Ebserh a prestação de um serviço público. A Adin é fruto da pressão exercida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e da articulação junto a demais entidades na luta contra a Ebserh.

Trajectoria

Em 2011, o Andes-SN encaminhou ao procurador-geral o parecer elaborado pela assessoria jurídica nacional do sindicato, apontando a inconstitucionalidade da Medida Provisória 520, que buscava implantar a Ebserh.

Dando continuidade ao trabalho junto à PGR pela proposição de uma Adin contra a Ebserh, em 2012, o Andes-SN, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) encaminharam representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), solicitando a implantação de medidas legais cabíveis, em especial propositura da Adin em relação à Lei 12.550/2011.

No mesmo ano, dirigentes dessas entidades se reuniram na PGR com Mércia Miranda, assessora do Procurador Federal de Direitos do Cidadão e Adjunto para Assuntos de Saúde, Osvaldo Barbosa. Na ocasião, Miranda informou que uma minuta com a proposta da Adin já havia sido encaminhada para o procurador-geral.

Vitória

Para a presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira, a ação ajuizada pela PGR é uma grande vitória do sindicato e das demais entidades que vêm lutando contra a implan-



Adua denunciou em coletiva de imprensa privatização do HUGV



Profissionais da saúde e juristas destacaram "pontos preocupantes" da Ebserh durante mesa-redonda sobre a Lei 12.550/11

tação da Ebserh, em defesa da saúde pública de qualidade e da autonomia universitária.

"A Adin traz elementos do parecer elaborado pela assessoria jurídica nacional do Andes e da representação feita pelo nosso sindicato junto com a Fasubra e a Fenasps. Vamos continuar pressionando para que o processo tenha continuidade e para que consigamos desmontar esse absurdo criado pelo governo sob o argumento falacioso de que a Ebserh trará melhorias de gestão e atendimento ao público", ressaltou.

Na avaliação do assessor jurídico do Andes-SN, Rodrigo Torelly, a Adin traz argumentos jurídicos consistentes para que seja declarada a inconstitucionalidade dessa Lei. Torelly ressaltou que o Andes-SN deverá intervir como "amicus curiae" na Adin, trazendo outras inconstitucionalidades presentes na Lei de criação da Ebserh.

Adin

Na ação, o procurador-geral requer a declaração da inconstitucionalidade dos artigos 1º ao 17º da norma, que tratam das atribuições, gestão e administração de recursos da empresa ou, sucessivamente, dos artigos 10º, 11º e

12º, que tratam da forma de contratação de servidores da empresa por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de processo seletivo simplificado e de contratos temporários.

Segundo o artigo 3º da Lei, a Ebserh tem por finalidade prestar "serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e terapêutico à comunidade" e a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à formação de pessoas no campo da saúde pública. O parágrafo 1º do artigo 3º da norma estabelece que as atividades da Ebserh estão "inseridas integral e exclusivamente no âmbito do SUS".

Segundo o autor da Adin, a lei viola, entre outros dispositivos constitucionais, o inciso XIX do artigo 37º da Constituição Federal. Esse inciso fixa, entre outras regras, que somente por lei específica poderá ser "autorizada a instituição de empresa pública", cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação dessa empresa. "Considerando que ainda não há lei complementar federal que defina as áreas de atuação das empresas públicas, quando



Para procurador-geral da República, Roberto Gurgel, criação da Ebserh viola dispositivos constitucionais

RETROSPECTIVA

03/10 - Para alertar a sociedade, a Adua denunciou em coletiva de imprensa a tentativa, na ocasião, da privatização do Hospital Universitário Getúlio (HUGV);

25/10 - A Adua promoveu a Mesa Redonda "Saúde Pública, Universidade e Ebserh: Questões Políticas e Legais". O encontro teve a participação de profissionais do Direito e da Saúde.

31/10 - Apesar das manifestações contrárias e solicitações para ampliação da discussão sobre o tema antes da tomada de decisão, o Conselho Universitário (Consuni) da Ufam aprovou a adesão do HUGV à Ebserh.

08/01 - A PGR ajuíza Adin contra a Ebserh, evidenciando a violação dos dispositivos constitucionais ao atribuir à empresa a prestação de um serviço público.

dirigidas à prestação de serviços públicos, é inconstitucional a autorização para instituição, pela Lei 12.550/11", sustenta Gurgel.

O procurador-geral aponta que o disposto no parágrafo 1º do artigo 3º, que estabelece que as atividades de prestação de serviços de assistência à saúde "estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do SUS", está em desarmonia com a Lei Orgânica 8.080/1990 do SUS. Esta determina em seu artigo 45º que "os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao SUS". Nesse sentido, o autor da ação acrescenta que a saúde pública "é serviço a ser executa-

do pelo Poder Público, mediante SUS, com funções distribuídas entre União, Estado, Município e Distrito Federal".

CLT

A contratação de servidores por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida no artigo 10º, também é questionada. Ele sustenta que "a empresa pública que presta serviço público, tal como ocorre com a Ebserh, está submetida ao conjunto de normas integrantes do artigo 37º da Constituição, vocacionados a organizar a prestação do serviço público, de modo a que realize os valores fundamentais da sociedade brasileira". Ele cita a medida cautelar deferida pelo Supremo na Adin 2.135, na qual foi suspensa a eficácia do artigo 39º, caput, da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

Assim, "a previsão da lei impugnada, de contratação de servidores pela CLT, está em desconformidade com o atual parâmetro constitucional, em face da decisão proferida naquela Adin". Com base nesses fundamentos, ele sustenta a inconstitucionalidade dos dispositivos da lei que preveem contratações por meio de celebração de contratos temporários e de processo simplificado.

No STF, o MPF requer a concessão de medida cautelar para determinar a suspensão da eficácia dos artigos 1º ao 17º ou, sucessivamente, dos artigos 10º, 11º e 12º "em razão do vício material apontado", até o julgamento do mérito da ação. Por fim, requer que sejam declarados inconstitucionais os dispositivos da norma.

■ Representação

Escolha de delegação para Congresso e posse do Crad marcam 1ª AG do ano

Foto: Daisy Melo

A definição dos delegados para representar a Associação dos Docentes da Ufam (Adua) no 32º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) marcou a 1ª Assembleia Geral de 2013 da entidade. Na mesma ocasião foi realizada a posse dos professores eleitos para o Conselho de Representantes da Adua (Crad) dos campi da Ufam. Ocorrida no dia 18, a reunião contou com a participação de mais de 30 professores.

A discussão na plenária foi centralizada, principalmente, na escolha dos delegados para participar

Oito docentes se candidatam para representar a Adua em evento nacional da categoria no RJ

do Congresso Nacional, que será realizado de 4 a 9 de março, no Rio de Janeiro (RJ). A candidatura e votação de oito docentes para compor a delegação ocorreram durante a AG (Veja o quadro). “Decidimos fazer o máximo de esforço possível para mandar todos os oito, mas isso dependerá dos nossos recursos financeiros”, disse o presidente da Adua, José Belizario. Além dos delegados, dez

docentes candidataram-se para participar como observadores no congresso.

Organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADU-FRJ), o evento terá como tema “Sindicato Nacional na Luta pelo Projeto de Educação e de Condições de Trabalho”. O congresso anual é a instância máxima deliberativa do Andes-SN, onde delegados das seções sindicais de todo o País definem os planos de luta do Sindicato Nacional e as ações que viabilizarão essas políticas. A expectativa é que o encontro reúna cerca de 400 delegados, além de observadores e convidados.



Delegados da Adua e das demais seções sindicais do Andes-SN definirão os planos de luta do Sindicato Nacional em março

Conselheiros vão atuar durante dois anos

No total, 22 docentes eleitos para compor o Crad irão atuar como titulares e dez como suplentes durante o biênio 2013-2014. Cinco representantes do Crad dos campi do interior do Estado participaram da posse, com exceção de Itacoatiara. Membros do conselho de Benjamin Constant, Humaitá, Parintins e Coari apresentaram as demandas específicas dos municípios, que incluem principalmente a melhoria da infraestrutura, a intensificação

da participação do interior nas atividades da Adua e do Andes-SN e a retomada das discussões suscitadas durante a greve, como a estruturação da carreira docente.

A Adua já planeja a realização das eleições para o Crad dos que não participaram do pleito. São eles: o município de Itacoatiara e as unidades de Manaus de Odontologia, Medicina, Enfermagem, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Computação, Faculdade de Educação

Física e Fisioterapia. “Sentimos falta de maior participação seja na apresentação de nomes em todas as unidades, seja no comparecimento dos sindicalizados para legitimar os representantes de suas unidades, ainda assim consideramos positivo o resultado do processo e esperamos que os eleitos assumam com responsabilidade política a confiança depositada pelos eleitores”, disse o integrante da Comissão Eleitoral, professor Jacob Paiva.

■ CONFIRA A LISTA DOS ELEITOS PARA O CRAD

• MANAUS

FES (Faculdade de Estudos Sociais)

Titular: José Humberto Michiles

Faced (Faculdade de Educação)

Titular: Rosa Helena da Silva

Suplente: Michelle de Bissoi

Titular: Francisca Cavalcanti

Suplente: Rubens da Silva Castro

ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras)

Titular: Marcelo Seráfico

Suplente: Luiz Carlos Martins de Souza

Titular: José Alcimar de Oliveira

Suplente: Maria da Conceição Derzi

FT (Faculdade de Tecnologia)

Titular: Nilson Barreiros

Suplente: Heloisa Maria da Silva

FD (Faculdade de Direito)

Titular: Adriano Fernandes Ferreira

Suplente: Alcebiades de Oliveira

ICB (Instituto de Ciências Biológicas)

Titular: Welton Yudi Oda

Titular: Andrea Belém Costa

FCA (Faculdade de Ciências Agrárias)

Titular: Maria Teresa Lopes

Suplente: Solange de Mello Verás

Titular: Maria Anete Rubim

Suplente: Álvaro Carvalho de Lima Souza

FAPSI (Faculdade de Psicologia)

Titular: Ana Cristina Martins

Suplente: Ewerton Helder de Castro

FF (Faculdade de Farmácia)

Titular: Antonio Batista da Silva

• INTERIOR

Parintins

Titular: Elizandra Garcia da Silva

Suplente: Lucas Milhomens

Titular: Marcelo Rocha Raddichi

Coari

Titular: Charles Maciel Falcão

Suplente: Nara Maciel Lima

Benjamin Constant

Titular: Adailton da Silva

Suplente: Renilda Aparecida

Titular: Ana Carolina

Suplente: Jarliane Silva Nacaute

Humaitá

Titular: Suely Aparecida Mascarenhas

■ DELEGADOS DA ADUA PARA 32º CONGRESSO DO ANDES-SN

1. Ana Cristina Martins (Fapsi): 30 votos
2. Elizandra Garcia (ICEZ): 26 votos
3. Jacob Paiva (Faced): 26 votos
4. Adailton da Silva (INC): 25 votos
5. Elciclei Faria (Faced): 25 votos
6. Antonieta Vieira (FT): 22 votos
7. Rafael Bellan (ICEZ): 22 votos
8. Maria Conceição Derzi (ICHL): 6 votos

■ REPRESENTANTES DO CRAD DO INTERIOR



Benjamin Constant

“Vamos dar continuidade ao acompanhamento dos projetos do governo federal relacionados à carreira docente e a mobilização resultante do processo de greve. Também é necessária a alteração em relação à participação do sindicato com o interior, já que a estrutura da universidade está concebida agora de outra maneira com a expansão da universidade”, disse o professor Adailton da Silva.



Humaitá

“Algumas demandas resultantes da nossa reunião foram a proposta da estruturação de um núcleo da Adua, a realização de um curso de formação sindical, a presença da diretoria uma ou duas vezes por ano no município e a disponibilização de passagens e hospedagem para participação das reuniões ordinárias”, afirmou a professora Suely Mascarenhas.



Parintins

“Nossos planos são discutir a estatuinte, dar continuidade à pauta da greve, que foi suspensa, a discussão da reestruturação da carreira docente e o resgate do Comitê Local de Mobilização, que desde o fim da greve não vem realizando reuniões”, disse a professora Elizandra Garcia.



Coari

“Temos poucos filiados, antes eram cinco, hoje são dois porque os outros foram fazer doutorado, além dessa questão de filiação, temos falhas principalmente na estrutura física: faltam laboratórios, ambulatórios e equipamentos para atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão”, afirmou o professor Charles Maciel.

Metas

Nova diretoria apresenta plano estratégico de atuação para 2013

Depois de um ano marcado pela greve histórica dos professores das Instituições Federais de Ensino (Ifes), que foi suspensa, e da posse da nova diretoria para o biênio 2012-2014, a Adua divulga as bandeiras de luta para este ano. As atividades previstas englobam ações no âmbito da entidade, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e da administração superior da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Entre os planos estão a atualização do regimento interno da seção sindical, a realização do seminário de Formação Sindical Continuada, a formação de Grupos de Trabalho (GTs) e a conclusão da Estatuinte.

Especificamente em relação às pautas regionais, as demandas estão focadas na realização do Seminário de Formação Sindical Continuada e na criação de GTs para tratar dos temas 'Política Educacional e Carreira'.

"A ideia é desenvolver atividades que possibilitem a articulação entre a formação política e a prática docente", explicou o presidente da Adua, Jose Belizario. Realizada no dia 18 de janeiro, a posse dos integrantes do Conselho de Representantes de Unidades (Crad) também estava prevista no cronograma da entidade. "Nossa intenção é que ocorra uma articulação política dos Crad nos campi da capital e do interior do Estado", disse. A atualização do Regimento Interno da Adua é mais uma das demandas locais previstas para 2013.

Ainda no âmbito da entidade, Belizario informou que algumas medidas técnicas-administrativas específicas serão colocadas em prática ou reforçadas ao longo deste ano. "Além de intensificar a campanha de filiação dos docentes em todos os campi da Ufam, vamos regularizar o



Na última Assembleia Geral de 2012, a atualização do Regimento Interno da entidade foi o tema principal de discussão

desconto dos sindicalizados seja pelo sistema de consignação junto ao Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) ou por outra forma que traga mais segurança e celeridade ao processo", explicou.

No que diz respeito aos sindicalizados, a Adua irá também recadastrá-los para atualizar dados e aprimorar a comunicação com a base da entidade. "Vamos ainda reformar o espaço físico da sede,

visando melhorar o acolhimento e atendimento aos sindicalizados", afirmou o presidente da Adua.

A seção sindical irá dar continuidade ao alargamento da participação nas atividades realizadas pelo Andes-SN. Além de seguir os encaminhamentos do Sindicato Nacional, com a organização de seminários e formação de GTs, a Adua já iniciou a organização para participar do 32º Congresso Nacional do Andes-SN com a es-

colha dos delegados, que irão representar a entidade.

Considerando às demandas junto à administração superior da Ufam, a Adua irá cobrar respostas em relação à realização de um seminário para atualização da pauta local e também a retomada e conclusão do processo da estatuinte.

"Além disso, vamos continuar articulando a consolidação da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) no

ATIVIDADES DA ADUA EM 2013

- Posse dos Crad;
- Articulação política dos Crad nos campi de Manaus, Itacoatiara, Coari, Parintins, Benjamin Constant e Humaitá;
- Atualização do Regimento Interno da Adua, na perspectiva de ampliar a participação dos docentes dos campi de Manaus, Itacoatiara, Coari, Parintins, Benjamin Constant e Humaitá;
- Seminário de Formação Sindical Continuada;

- Formação dos GTs: Política Educacional e Carreira;
- Regularizar o desconto dos sindicalizados, seja pelo sistema de consignação junto ao Siape ou outra forma de desconto;
- Intensificar a campanha de filiação dos docentes em todos os campi da Ufam;
- Recadastramento dos sindicalizados para atualizar dados e aprimorar a comunicação com a base da entidade;

- Reformar o espaço físico da sede, visando melhorar o acolhimento e atendimento aos sindicalizados;
- Desenvolver atividades que possibilitem a articulação entre a formação política e prática docente.

ANDES-SN

- Continuar ampliando a participação nas atividades do Sindicato Nacional como seminários, Grupos de Trabalho, etc;

- Participar do 32º Congresso do Andes-SN.

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UFAM

- Cobrar respostas da Administração Superior da Ufam em relação à organização de seminário para atualização da pauta local da universidade;
- Retomada e conclusão do processo estatuinte.

no 2013

Foto: Anderson Vasconcelos



Amazonas, articulando espaços de unidade na luta com outras entidades sindicais e os movimentos sociais e implantando espaços de formação de política sindical, tudo isso com um diálogo permanente com os docentes da Ufam, na perspectiva de responder aos anseios da base”, informou Jose Belizario.

LUTAS GERAIS

- Dar continuidade à articulação a consolidação da CSP-Conlutas no Amazonas;
- Continuar articulando espaços de unidade na luta com outras entidades sindicais e os movimentos sociais;
- Implantar espaços de formação de política sindical junto ao Andes-SN e CSP-Conlutas;
- Estabelecer um diálogo permanente com os docentes da Ufam na perspectiva de responder aos anseios da base.

Processo de atualização do Regimento Interno da seção sindical é iniciado

Os sindicalizados interessados em contribuir com a atualização do Regimento Interno da Adua devem ficar atentos aos prazos para envio de contribuições e às datas dos debates sobre o assunto, que ocorrerão durante todo o primeiro semestre deste ano. Com a atualização do documento, em vigor desde 1990, a atual diretoria visa ampliar a participação política dos docentes, corrigir distorções econômicas e fortalecer a categoria.

“A atualização do Regimento Interno tem como objetivo contemplar, cada vez mais, a participação dos professores, sobretudo das unidades acadêmicas do interior, na gestão da Adua e no fortalecimento do movimento sindical”, afirmou o presidente da entidade, destacando que o debate sobre o assunto está apenas começando.

O ponto de partida ocorreu no dia 18 de dezembro, quando foi realizada a última Assembleia Geral (AG) dos docentes em 2012. Naquela ocasião, vários docentes fizeram apontamentos preliminares a respeito da necessidade de atualização do documento que norteia a atuação dos sindicalizados e da própria entidade no âmbito do movimento sindical da Ufam.

Os apontamentos da primeira discussão resultaram em uma proposta de alteração do Regimento Interno, cujo conteúdo está disponível no site da Adua (www.adua.org.br) desde o início do mês, para conhecimento dos sindicalizados. O documento contém sugestões de inserção e exclusão de artigos, bem como itens contendo apenas correção de redação, propostos por integrantes da diretoria executiva da seção sindical e pelos demais participantes da AG.

Além de consultar essa versão preliminar da proposta de alteração do Regimento Interno, os docentes também já podem baixar na página eletrônica da Adua o formulário para envio de contribuições. Durante o preenchimento dos campos específicos é necessário informar as propostas, com justificativa, e enviar para o e-mail aduass@uol.com.br até o dia 31 de março. Quem preferir, poderá solicitar o formulário na sede da seção sindical (na estrada do ICHL, ao lado da TV Ufam), no horário das 8h às 18h.

Depois dessa etapa, as contribuições serão organizadas por uma comissão formada pelos professores Raimundo Pinheiro, Marcelo Vallina, Tomzé Vale e Alcimar Oliveira. O grupo foi criado para sistematizar as propostas a serem apresentadas pe-

los sindicalizados e ainda elaborar o cronograma de debate a respeito das proposições.

Contribuição

Ao todo, a proposta de Regimento Interno criada pela diretoria executiva da Adua contém alterações em nove ‘artigos’, dez ‘parágrafos’, sendo cinco deles ‘parágrafo único’, e também em 28 novos incisos, alguns dos quais criados pela atual diretoria. As mudanças perpassam por todos os seis títulos do documento, desde a finalidade da entidade às disposições finais e transitórias.

No entendimento da diretoria, um dos itens que deve “esquentar” o debate é o artigo 5º, mais especificamente o inciso IV, que trata das contribuições financeiras. De acordo com o atual regimento, o desconto sindical por parte dos sindicalizados será definido “por Assembléia Geral, devida-



A atualização do Regimento Interno tem como objetivo contemplar, cada vez mais, a participação dos professores, sobretudo das unidades acadêmicas do interior, na gestão da Adua e no fortalecimento do movimento sindical



José Belizario, presidente da entidade

mente convocada para esta finalidade”. A última AG que tratou sobre o assunto data de 28 de maio de 2007, quando, naquela ocasião, os professores decidiram, por unanimidade, acatar a proposta de manutenção de contribuição de 10% do salário mínimo vigente, prática que já vinha sendo mantida há quase duas décadas.

Para o novo regimento, a diretoria apresenta uma mudança na política de contribuição dos sindicalizados, atendendo à recomendação do Andes-SN de que as seções sindicais padronizem a mensalidade sindical no patamar de 1% (um por cento) da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada associado.

A medida, definida no artigo 72 do Estatuto do Andes – atualizado e consolidado durante o 31º Congresso Nacional da categoria, realizado em Manaus – já foi adotada pela maioria das seções sindicais vinculadas à entidade nacional. Mas, para passar a valer também na Adua, precisa ser acatada pela maioria dos docentes durante uma AG da categoria. Nos termos da proposta do regimento interno, a contribuição “somente poderá ser revista em Assembleia Geral convocada para esse fim”.

“Essa atualização é fundamental para que a entidade esteja com as contas em dia e possa continuar realizando os investimentos necessários para a manutenção da luta em defesa da categoria e da educação pública de qualidade e socialmente referenciada”, afirmou o presidente da Adua.

Interior do Estado

Outro tema que merece atenção especial, conforme entendimento da direção da Adua, é a participação dos docentes da Ufam que atuam nas unidades acadêmicas localizadas fora da capital. “Precisamos discutir sobre como ampliar a presença dos professores de fora da sede durante os debates dos assuntos da categoria e ainda nas tomadas de decisões da seção sindical”, disse o 1º secretário da Adua, professor Marcelo Vallina.

Para isso, a proposta para alteração do regimento interno prevê, no capítulo II, seção III, artigo 20, um novo inciso para a composição da diretoria, que passará a contar com um “representante de cada campus da Ufam no interior do Estado”, ao qual caberá, conforme o parágrafo 1º deste dispositivo, “participar das decisões da diretoria por quaisquer meios de comunicação disponíveis que possibilite o seu registro físico”.

Mudanças

A necessidade de atualização do Regimento Interno já vem sendo apontada pelas últimas diretorias da Adua e mais recentemente foi incluída nas prioridades da atual gestão para 2013, definidas em reunião ampliada do Comando Local de Mobilização, (CLM) realizada no dia 18 de novembro.

Para o professor Luiz Fernando Souza, a atualização do Regimento Interno também tem outros desdobramentos. “Além da questão financeira, há a dimensão política e a dinâmica das nossas ações, visando o reforço do nosso movimento”, destacou.

Nacional

A necessidade da formação de professores

Foto: Divulgação

Bárbara Sicardi Nakayama

Enquanto docente do ensino superior, pesquisadora da área da Educação e formadora de professores tenho vivenciado as condições de trabalho resultantes de uma política de expansão de vagas, acesso e permanência neste nível de ensino. Tenho testemunhado a chegada à universidade de um público com perfil diferenciado daquele que vinha perfazendo o quadro de alunos das universidades públicas, agora também trabalhadores, estudantes de cursos noturnos.

Conheci, nos últimos congressos que participei, novos professores de Didática admitidos recentemente para a carreira docente, bacharéis de formação, que tem, à sua maneira, buscado também contribuir com a formação de licenciandos nos cursos superiores noturnos oferecidos pelas universidades e institutos federais. Na esfera da pesquisa e extensionista tenho participado de projetos financiados por agências de fomento que vislumbram valorizar as licenciaturas,

a iniciação à docência e a formação continuada de professores da educação básica. Seriam estas características de novos modelos de formação de professores que se instauram em decorrência da expansão da educação superior?

Não há dúvidas de que a expansão de vagas e a mudança das políticas de acesso e permanência ao ensino superior têm trazido benefícios à população e garantido maiores chances de acesso das diversas classes sociais e culturais à universidade. Contudo, há de se ponderar sobre como o movimento de expansão da oferta do ensino de graduação tem influenciado o desen-

Deflagra-se (...) nas instituições de ensino superior um processo de expansão de forma mais expressiva na esteira da iniciativa privada



volvimento de propostas de cursos para a formação de professores.

Vale a pena aqui registrar que, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996, instaurou-se a lógica da flexibilidade na proposição de cursos de graduação tanto na esfera pública, quanto na privada. Em consequência, os currículos mínimos, que fixavam a carga horária mínima e, em geral, o elenco de disciplinas constitutivas da maior parte das matrizes curriculares, foi substituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação,

as quais, comprometem-se com a indicação de conteúdos, habilidades e competências, cuja apropriação deve-se fazer pelos proponentes dos cursos, tendo em vista, dentre outros, o perfil de egresso pretendido.

Nesse cenário, deflagra-se, para além da flexibilidade relativa aos cursos de graduação das instituições de ensino superior, um processo de expansão de forma mais expressiva na esteira da iniciativa privada. No ano de 2003, a partir de iniciativa do governo federal, dá-se o processo de expansão da oferta pública de ensino de gradu-

ação, que encontra o seu ápice em 2006 com o REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas, provocando as universidades públicas a adotarem a ampliação das vagas e a criarem novos cursos com ênfase na oferta noturna.

Ainda que historicamente ocupem o lugar secundário em termos de prestígio em relação aos bacharelados, os cursos de licenciatura neste contexto de expansão projetam-se como espaços estratégicos para justificar propostas uma vez que, demandam baixos custos quanto a laboratórios, equipamentos e acervo bibliográfico. Essa característica, aliada a outros fatores, acentua os riscos da expansão inconsequente da oferta de ensino de graduação e tem comprometido, de sobremaneira a qualidade da formação inicial dos professores da educação básica.

Bárbara Sicardi Nakayama é professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Leia na íntegra no www.cruzeirosul.inf.br.

Internacional

“Temos que defender o direito das mulheres sem medo!”

Kavita Krishnan

Em meio ao indescritível horror do estupro e tentativa de assassinato em Nova Délhi, há uma centelha de esperança que alimentamos, sustentando-a nas mãos para que não se apague, ajudando-a a crescer e se tornar uma chama forte. Para que se estenda como um incêndio em um bosque.

Uma mulher jovem, uma estudante de fisioterapia de 23 anos de idade, embarcou em um ônibus em Nova Délhi com um amigo. Estavam sós no ônibus, com exceção de um grupo de homens, que começaram a incomodá-la por estar a essas horas da noite com um homem. Nem ela nem seu amigo aceitaram as provocações e, finalmente, o grupo de homens decidiu “dar-lhes uma lição”. Bateram em seu amigo até deixá-lo inconsciente. E a estupraram em grupo, agredindo-a sadicamente e deixando-a com os intestinos destrocados.

A esperança radica na grande quantidade de pessoas que saí-

ram para protestar depois. Foi bom presenciar a ira espontânea e a determinação de levar os estupradores à justiça. Mas ainda melhor foi ser testemunha da vontade de dirigir essa ira contra uma sociedade e uma cultura que justificam a violência e a violação sexual. A vontade popular - de mulheres e homens comuns - de fazer frente às raízes da violência sexual e dar-lhe um fim inspira mais esperança e confiança do que toda a retórica gótica dos deputados no parlamento.

Uma mulher que viu um vídeo da nossa manifestação de protesto e dos discursos dos ativistas em frente à casa da ministra principal de Délhi Sheila Dixit me escreveu para dizer que o protesto havia chegado ao seu coração: “Me escreveram garotas mais jovens, absolutamente angustiadas, porque seus pais estão utilizando o caso do estupro em grupo de Délhi como um exemplo do que pode acontecer quando se sai de “passeio”. E já não as deixam fazer nada: nem ter uma conversa com

seus amigos homens nem ir à universidade de sua escolha. Ver seu protesto me encheu de esperança e de solidariedade”.

A violência sexual é, de fato, uma forma de impor a disciplina patriarcal às mulheres. As mulheres que a desafiam são castigadas por seu temor ao estupro. E o medo ao estupro e à violência sexual funciona como um censor interno perma-

Em meio à indignação nacional contra o estupro, é fácil esquecer que os estupradores não são uma “espécie exótica” em nossa sociedade.

nente nas decisões das mulheres. E a “proteção” contra a violência sexual adota a forma, comumente, de restrições impostas às mulhe-



Foto: Divulgação

res: os toques de recolher nos albergues universitários são o exemplo mais comum, seguido pelos códigos de vestimenta, proibição de telefones móveis, restrições de sua liberdade de movimentos e em suas amizades (em especial amigos homens), impedimentos para matricular-se em uma universidade longe de casa, e assim sucessivamente. A violência sexual e as medidas para combatê-la exalam o ar saturadamente patriarcal, motivo pelo qual não é estranho que as mulheres se sintam asfixiadas.

Nos protestos, foi reconfortante ver e escutar muitas mulheres desafiar esta cultura do estupro: uma cultura que justifica o estupro e culpa as mulheres por “provocar” ou “incitar” ao estupro. Uma faixa diz: “Não me ensine como tenho que vestir-me, ensina

teus filhos a não estuprar”.

Quando é oferecida “proteção” às mulheres em termos patriarcais (termos que impõem restrições e regulações à mulher), é o momento de dizer “Obrigada, mas não. Não necessitamos medidas de segurança patriarcais para as mulheres”.

Em seu lugar devemos exigir que o governo, a polícia, os juizes e outras instituições defendam incondicionalmente o direito das mulheres a ser atrevidas, a vestir-se, mover-se e comportar-se livremente em qualquer momento do dia ou da noite.

Kavita Krishnan é secretária geral da Associação Progressista Pan-Índia de Mulheres (AIPWA). Sua intervenção na manifestação em Nova Délhi pode ser vista no YouTube. Tradução: Libório Junior

GTs vão dar novo “fôlego” ao movimento docente neste ano

Com ampla experiência em coordenação de Grupos de Trabalho (GTs) nacionais, entre eles o de Política Educacional (GTPE), de Ciência & Tecnologia (GTC&T) e de Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA), o mestre Jacob Paiva,

professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) é o entrevistado deste mês. Paiva esclarece aos sindicalizados a dinâmica de funcionamento dos GTs e o orienta sobre como cada grupo pode contribuir no assessoramento da diretoria da seção sindical quanto à condução de temas considerados fundamentais para a categoria docente. A reorganização dos GTs locais é uma das prioridades de gestão da Adua para o ano de 2013 e para isso a entidade já sinalizou interesse em contar com a expertise do docente que também já transitou nas diretorias do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), da Regional Norte 1 do Andes-SN e também da Adua. Confira!

Professor: Francisco Jacob Paiva da Silva

Formação: Professor do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Ufam, mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Como se dá a dinâmica e o envolvimento dos professores com os GTs?

Muitos professores se envolvem por nível de aproximação com as temáticas dos respectivos GTs ou, como já ocorreu comigo, para suprir a carência de nomes nessa composição. Fiquei, por exemplo, no GTPAMA não porque tinha familiaridade com o tema, mas em virtude da falta de pessoas para ir tocando o grupo em âmbito nacional. Nesse caso, para que ele continuasse a existir, a gente indicava os nomes para ir organizando as atividades. Mas, é mais provável que haja um GT com mais dinamismo e maior atuação se são pessoas ligadas à temática. Senão, é preciso fazer todo um trabalho de mapeamento, de levantamento de questões, de estudos, de movimentos ligados ao GT para poder o Andes-SN fazer essa interface de sindicato docente com seus respectivos grupos.

Quais são os temas de maior destaque nos GTs?

São aqueles ligados propriamente à educação e à universidade, que tratam da Lei e do Plano Nacional de Educação, com foco evidentemente na questão do ensino superior. O GTPE é um deles. Outro voltado para o debate interno da universidade é o GTC&T. Mas, há casos em que os GTs também ultrapassam os limites da universidade e discutem questões mais amplas e de interesse da sociedade, como o GT Etnia, Classe e Gênero ou o GT Aposentadoria e Segurança, que dialoga com a política de segurança,

assistência e saúde em nosso País.

Fotos :Anderson Vasconcelos



Os docentes devem ser estimulados, motivados, inseridos no contexto dos GTs, (...) pois esse instrumento potencializa o crescimento do professor tanto do ponto de vista acadêmico quanto político-sindical



reuniões, mas seminários. Talvez essa ausência de participação mais efetiva desestimule as pessoas que se colocam à disposição para formar o GT na Adua. Por outro lado, também deve haver um processo de estímulo para que o GT se reúna, produza e assessore a seção sindical.

A atual diretoria já sinalizou que tem interesse em manter os GTs funcionando. Quais são considerados fundamentais nesse processo de reorganização?

O GTPE sempre vai ser muito importante porque é o coração das discussões que o movimento docente promove. É o ponto mais forte que envolve a educação em geral e a universidade. O GTC&T também é importante porque está muito ligado ao fazer acadêmico, universitário, à política de pós-graduação e à Lei de Inovação Tecnológica. É um grupo que ajuda bastante a entender esse processo do modelo produtivo acadêmico que combatemos. Além disso, penso que o GT de Política Agrária e Meio Ambiente, já que estamos na Amazônia e trabalhamos em uma universidade estratégica na região, seria muito importante. O nosso corpo docente, com alguns estudos importantes na área, poderia contribuir com esse debate para o Sindicato Nacional. Não vejo como um dever porém sinto a necessidade de sermos protagonistas da discussão sobre o meio ambiente. E por fim, o GT Carreira, um tema que é recorrente, sobretudo por conta da greve, que teve como tema central a carreira e as condições de trabalho.

Há alguma perspectiva para que essa reconfiguração se concretize neste ano?

A posse do Crad dá uma certa “oxigenada” na participação dos sindicalizados. É lógico que é preciso potencializar a presença deles no sindicato. Os docentes devem ser inseridos no contexto dos GTs por ordem de afinidade temática e de formação, pois esse instrumento potencializa o crescimento do professor tanto do ponto de vista acadêmico quanto político-sindical. Mas, é necessário compromisso político! Além de dar o nome, é preciso ter tempo para reunir, elaborar propostas, buscar soluções para participação em atividades nacionais. Não há como não ser pessimista, pois a implantação do projeto de sociedade e educação é uma tarefa complexa considerando o cenário atual. Podemos gerar bons frutos ser formos capazes de aprofundar o enraizamento do sindicato e da categoria a partir do interesse dos docentes. Isso requer compromisso das pessoas, de dedicar uma parte do seu tempo para esse trabalho que é tão importante quanto a sala de aula, a produção de pesquisa e artigos e a prática de ações de extensão.

assistência e saúde em nosso País.

Que tipo de contribuição os GTs podem oferecer ao Sindicato Nacional e às seções sindicais do Andes-SN?

Os GTs são grupos de assessoramento às diretorias nacionais e locais. Para isso, é preciso que eles funcionem embasados em estudos e pesquisas, com intuito de ajudar na formulação de propostas à diretoria. Quando os GTs aprofundam o estudo de um tema podem oferecer à diretoria proposições políticas de atuação em cada temática. Eles podem ter muitas ou poucas reuniões, dependendo das demandas e da própria agenda do sindicato. É evidente que há GTs com maior número de professores inscritos e interesse gerado pela temática, como o GTPE, que historicamente tem maior participação. Esse, por exemplo, foi um dos GTs que a Adua sempre valorizou, apesar de não ter conseguido implementar um trabalho de sistematização de reuniões, de estudos, de contribuições para o sindicato nacional.

Esse problema da falta de continuidade tem ocorrido com praticamente todos os GTs na Adua. Na sua avaliação, o que impede a entidade de prosseguir com a dinâmica dos grupos de trabalho?

O principal problema é a dificuldade financeira, que acaba interferindo no campo político da Adua. Não adianta criar um GT local, se a seção sindical não tem condições de enviar um representante para as atividades nacionais, que não são somente



REGIMENTO

Estatuante da Ufam é tema de debate em reunião do Consuni

Foto: Daisy Melo



Processo incompleto de reformulação do regimento da Ufam é discutido

A estatuante da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), estagnada desde 2011, foi tema central dos debates da última reunião do Conselho Universitário (Consuni), realizada na manhã de terça-feira (22), na Faculdade de Direito, no Setor Norte do Campus Universitário.

Na ocasião, o relatório, produzido e lido pela conselheira Nikeila Conde, atestou o cumprimento parcial das atividades propostas. Em meio à discussão, a conselheira Arminda Mourão pediu vistas ao processo e deve apresentar um parecer na próxima reunião do Consuni, marcada para o dia 31 deste mês.

O ponto de impasse entre os conselheiros foi a discussão sobre a inclusão de novas propostas, segundo Nikeila Conde, apresentadas durante o Congresso Universitário Estatuante. "O que foi decidido em uma das reuniões do Consuni era que o congresso serviria para debater e aprovar as proposições que já estavam no Volume Sistematizado", explicou a conselheira.

A presidente da Comissão Executiva de Processo Estatuante (Cepe), Audirene Cordeiro, e o vice, Tomzé Vale, defenderam a forma de encaminhamento das atividades e foram apoiados por outros conselheiros.

Além disso, foram feitas proposições durante o Consuni como o pedido de devolução dos recursos gastos para

pagamentos de despesas, como estadias, dos delegados que não participaram das atividades da estatuante.

A substituição dos membros que não participaram e a retomada da criação do novo estatuto da Ufam do ponto de estagnação foram também outras propostas levantadas durante a reunião. Foi sugerido que a retomada do processo seja realizada já no segundo semestre deste ano, logo após a eleição para reitoria da universidade.

O tema e as decisões pertinentes a ele voltarão a ser debatidos na próxima reunião do Consuni, agendada para o dia 31.

Eleição para reitor

Ficou garantida como pauta para a próxima reunião do Consuni a discussão do "Processo de consulta à Comunidade Universitária para escolha do novo reitor e vice-reitor para o mandato de 2013-2017", proposto pela Adua.

O presidente da Adua explicou que a proposta "visa preservar a legalidade e o aprofundamento dos debates e ao mesmo tempo a defesa de um processo de consulta transparente, ético, justo e com amplo debate em prol de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada".

A proposta prevê a discussão e aprovação de um calendário de atividades que deverá ser obedecido pela Comissão Eleitoral.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/12/2012 a 31/12/2012

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	50.263,00	56.003,71	100,00%
1.1	RECEITAS	44.769,88	43.940,93	78,46%
1.1.1	Contribuição dos Associados	44.546,00	43.739,00	78,10%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	194,78	157,03	0,28%
1.1.3	Receitas com Reprografia	29,10	44,90	0,08%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.493,12	12.062,78	21,54%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	5.493,12	12.062,78	21,54%
2	SAÍDAS	52.786,38	56.300,36	100,00%
2.1	PESSOAL	16.371,86	13.525,66	24,02%
2.1.1	Salários	5.265,88	8.848,71	15,72%
2.1.2	Rescisão/Lídia	-	1.716,95	3,05%
2.1.3	Férias	4.876,62	-	0,00%
2.1.4	Ajuda de Custos/Abono Natalino	-	1.500,00	2,66%
2.1.5	Adiantamento de Salários	5.110,00	-	0,00%
2.1.6	Vale Transportes/Alimentação	1.119,36	1.460,00	2,59%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.768,00	9.500,60	16,87%
2.2.1	Contribuição INSS	3.883,72	6.678,61	11,86%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.577,25	2.592,36	4,60%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	197,16	109,93	0,20%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	109,87	119,70	0,21%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.950,00	6.679,34	11,87%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	1.600,00	2,84%
2.3.2	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	3.000,00	5,33%
2.3.3	Serviços de Administrativos	1.100,00	1.074,34	1,91%
2.3.4	Serviços de Limpeza/Manutenção	550,00	1.005,00	1,79%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.244,00	5.818,00	10,33%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.050,00	5,42%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	-	280,00	0,50%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.244,00	2.488,00	4,42%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.268,99	10.268,99	18,24%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.668,10	8.668,10	15,40%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	214,00	214,00	0,38%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	346,72	346,72	0,62%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,17	1.040,17	1,85%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	3.861,09	5.863,92	10,42%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	3.261,09	4.776,52	8,48%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	600,00	720,00	1,28%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	-	367,40	0,65%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.723,51	70,00	0,12%
2.7.1	Aquisição de 200 Livros de Divida Pública+frete	1.723,51	70,00	0,12%
2.8	BENS DE CONSUMO	8.616,78	3.866,09	6,87%
2.8.1	Telefone	831,94	829,67	1,47%
2.8.2	Correios/Malotes	1.176,00	788,40	1,40%
2.8.3	Combustível	230,00	310,00	0,55%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	-	231,00	0,41%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	20,00	357,99	0,64%
2.8.6	Refeições e Lanches	327,40	193,56	0,34%
2.8.7	Assinaturas de Jornais	89,10	-	0,00%
2.8.8	Despesas com Eleições	-	360,00	0,64%
2.8.9	Cartuchos e Toner de Tinta	556,00	320,00	0,57%
2.8.10	Materiais Elétricos	36,00	-	0,00%
2.8.11	Cartorio(Cópias/Autenticações)	-	100,90	0,18%
2.8.12	Materiais Hidraulicos	96,01	130,00	0,23%
2.8.13	Assinatura Provedor/Internet	243,42	244,57	0,43%
2.8.14	31 Congresso-Andes, parc.07/07	5.010,91	-	0,00%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	663,00	663,00	1,18%
2.9.1	Restituições n/mês	663,00	663,00	1,18%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	319,15	44,76	0,08%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	272,39	-	0,00%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	46,76	44,76	0,08%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(9.325,04)	(11.848,42)	
RECEITAS		50.263,00	56.003,71	
DESPEASAS		(52.786,38)	(56.300,36)	
RESULTADO OPERACIONAL		(11.848,42)	(12.145,07)	
Banco do Brasil S/A C/C		(2.038,03)	41,24	
Aplicação Banco do Brasil		45.456,79	33.551,04	
CAIXA		332,23	59,28	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		43.750,99	33.651,56	

■ Alternativo

Mostra de Teatro “{OFF} Carnaval” apresenta peças em fevereiro

A Mostra tem como proposta disponibilizar na capital uma programação cultural alternativa no período do carnaval

O Teatro Alienígena irá apresentar durante as quartas, quintas e sextas de fevereiro, em Manaus, a “Mostra de Teatro {OFF} Carnaval”. O evento inicia a partir do dia 6 e segue até 1º de março, no Teatro Alienígena, localizado na Rua Lima Bacuri, 64 C, Centro da cidade. As apresentações acontecerão às 20h e os ingressos custam R\$ 10 (meia-entrada).

O evento terá em cartaz três trabalhos do Grupo de Teatro Éden, Cartolas Produções e Artrupe Produções. A mostra tem como proposta disponibilizar uma programação cultural alternativa no período do carnaval, além de ser um espaço para que grupos de artes cênicas possam expor seus trabalhos.

“Quando nos reunimos a primei-



Grupos de Teatro Éden, Cartolas e Artrupe são os responsáveis pelas peças

ra vez, não sabíamos se faríamos uma mostra. O objetivo era apenas apresentar os trabalhos. Como a conversa fluiu bem, optamos pelo evento”, disse Danilo Reis, que estará em cartaz com ‘Reflexos do que não há. Ou há?’, da Artrupe Produções.

‘Nós...em Branco’

Além dessa montagem, estarão em

temporada os trabalhos ‘Nós...em Branco’, da Cartola Produções, que conta no elenco com Elisa Neves, Richard Harts e Déborah Ohana, além de texto e direção de Jean Palladino; e ‘Psicose Magaiver 2.0’, do Teatro Éden, dirigido e escrito por Jorge Bandeira e com atuação de Amanda Magaiver.

“O espaço possui uma proposta mais intimista, o público fica pratica-



Fotos: Divulgação

mente dentro de cena, e todos os trabalhos estão sendo pensados para este formato. Ou seja, quem for, com certeza vai poder conferir uma experiência diferente”, destacou Reis.

Vale a pena ver

Rubens Ewald Filho

Título original: *The Iron Lady*

Gênero: Drama

País de origem: Reino Unido / França

Tempo de duração: 105 minutos

Ano: 2012

Ao ganhar o prêmio Bafta de melhor atriz, Meryl Streep confirmou a aprovação da crítica e indústria cinematográfica inglesa para seu trabalho ao personificar a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher (1925), principalmente quando ela ainda está doente.

Esse recurso do Alzheimer pode explicar porque o filme não toma em relação a ela um ponto de vista mais crítico, já que seu “reinado” de 1979 a 1990, digamos assim, foi altamente polêmico e discutível.

O roteiro de Abi Morgan procura pintar o retrato de uma mulher determinada, teimosa, de convicções conversadoras e inabaláveis, que num mundo dominado por homens irascíveis e intolerantes fez o possível para sobreviver e impor suas ideias. A tal ponto que preferiram perder o poder para nunca mais retomarem do que continuar suportando suas ordens não sujeitas a negociação.

O fato de assumir logo no começo que ela está doente e assombrada por lembran-

ças, é o recurso dramático que o roteiro usa para ir reconstruindo a vida da Thatcher, uma mulher pouco atraente, que tem a sorte de encontrar um marido fiel e submisso que não impede sua carreira política.

Não se entende muito bem como ela conseguiu subir a um posto tão alto (embora fique subentendido que ela dá pouca atenção aos filhos). A direção de Phyllida Lloyd fica no nível dos teledramas da BBC. Parece que ela não se preocupou porque sabia que ficava nas mãos da maior atriz de nossa geração que ajudada por uma maquiagem extraordinária criaria um outro trabalho inesquecível.

Acho que neste filme ela tem o melhor, o mais completo, mais bem realizado trabalho de sua longa e bem sucedida carreira. Todo mundo gosta de Meryl, que é o ídolo dos atores americanos e ela tem uma carreira mais longa do que muitas estrelas antigas, mantendo-se como estrela aos 61, coisa impossível antigamente.

Rubens Ewald Filho é jornalista formado pela Universidade Católica de Santos (UniSantos) e um dos mais respeitados críticos de cinema brasileiro, atuando hoje no portal R7.



Vale a pena ler

Rubens da Silva Castro

Livro: *Legislação educacional brasileira*

Autor: Carlos Roberto Jamil

Editora: DP&A / Lamparina

Nº de páginas: 120

Valor: R\$ 23,78

O livro *Legislação Educacional Brasileira* não pode ser considerado somente uma estruturação do conteúdo da legislação da formação escolar brasileira, mas também uma análise histórica da educação tomando como fonte as legislações que constaram no corpo das Constituições.

Recomendamos a sua leitura não só para os pedagogos, mas também para outros profissionais interessados em conhecer a legislação que regula a educação no Brasil.

Sua composição procura despertar no leitor o interesse e o reconhecimento da importância de se conhecer a legislação educacional. A obra trata a lei não só como um instrumento de conhecimento como também de promoção da cidadania e da ação. Isto porque a consciência do conteúdo da legislação educacional deve ser entendida como uma maneira de apropriar-se do mesmo para o enten-

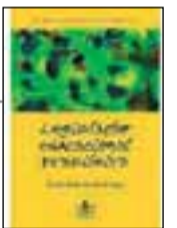
dimento da realidade que, por vezes, tenta torná-la letra morta.

O livro ressalta que a legislação não é identificada e reconhecida como um instrumento mecânico de direitos sociais, pois ela acompanha o desenvolvimento da cidadania em todos os países.

Sendo assim, cabe aos leitores entender que a importância da lei na sociedade industrial nasce do caráter contraditório que a acompanha, pois nela sempre reside uma dimensão de lutar por inscrições sociais mais democráticas, por efetivações mais realistas e por sonhos de justiça, etc.

O conteúdo possibilita entender a importância do conhecimento da legislação educacional. A obra considerando a lei como instrumento para o avanço da educação escolar, que é fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que devem ser materializadas para todos a igualdade de oportunidades e de condições.

Rubens da Silva Castro é professor adjunto IV da Faculdade de Educação (Faced) da Ufam.



Dicas da web

Vídeo blog usa humor para dar dicas de bem viver

Que tal passar uma “temporada fora” mesmo sem sair de casa? Impossível? Não! Basta desprender-se de alguns hábitos, costumes, posturas que não fazem de você uma pessoa melhor. Acesse o “TemporadaFora”, um vídeo blog que busca conscientizar o público sobre temas relacionados ao meio ambiente e a bem viver, utilizando imagens com muito humor para transmitir a mensagem. Confira a “Mini História da Educação no Brasil” no endereço www.temporadafora.com!



Consumismo em pauta

Precisamos mesmo de tudo o que compramos? Ou melhor, compramos o que realmente precisamos? O Green Hera (www.greenhera.com) ajuda a responder essas e outras perguntas com dicas de hábitos mais conscientes em relação a todos os recursos que se usufrui da natureza, com ênfase especial na alimentação. No Youtube, é possível conferir vídeos da série “Nova



Amazônia”, produzidos pelo Green Hera. Acesse www.youtube.com/semteamazonica

Enquete do mês

30

dias, foi o tempo em que a enquete: “Você acha que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) solucionou os problemas da Ufam?”, permaneceu no site da Adua.

94%

dos internautas que participaram responderam “Não”. O resultado reflete o descontentamento da comunidade acadêmica com a falta de condições infraestruturais para a prática de ensino, pesquisa e extensão na Ufam.

DÊ O SEU VOTO

Para participar acesse o site www.adua.org.br e responda a pergunta disponível no endereço eletrônico. **Opine!**

O percentual de pessoas que afirmaram que o Reuni solucionou “Sim” os problemas da universidade ficou em apenas

6%

O resultado mostra que há pouca confiança no programa do governo federal.

Comentários



“Coloco-me ao lado dos membros da Comissão da Estatuinte. O Congresso é soberano para, inclusive, elaborar novas propostas. A contribuição vinda das unidades não pode se tornar uma camisa de força para os delegados democraticamente eleitos nas suas unidades. (sobre o Congresso Estatuinte da Ufam, parado desde 2011).

Antônio P. Oliveira

Oportunidade para se conhecer melhor aspectos desse crime, que tão nocivo é à sociedade brasileira. Excelente iniciativa!(sobre a lavagem de dinheiro no Brasil, tema de palestra realizada na Adua)



Josué Freitas



“A Universidade contemporânea passou a ser uma provedora de serviços e o aluno um mero consumidor. (...) esse novo sistema foi promovido pelos próprios governos que, em busca de competitividade internacional, passaram a atender às exigências das empresas”. (sobre o risco das universidades pararem de produzir novo conhecimento)

Luiz Carlos Martins

boas lições

Movimento alerta para combate à lavagem de dinheiro no AM

Com intuito de alertar a população para a necessidade de combate à lavagem de dinheiro no País, o Movimento Educar para a Cidadania, em parceria com a Adua, promoveu duas palestras sobre o tema. Na primeira, realizada dia 16, o professor da Faculdade de Estudos Sociais, Raimundo Nonato Pinheiro, abordou a origem, a história da lavagem de dinheiro no mundo e os casos mais conhecidos no Brasil dessa prática ilícita. Na segunda etapa da série, dia 23, o tema tratado foi “Aspectos da Lavagem de Dinheiro no Brasil – Ações em Defesa do Estado

e da Sociedade”. Neste segundo debate, o assunto foi analisado pelos deputados estaduais Luiz Castro (PPS) e Marcelo Ramos (PSB) e do delegado da Polícia Federal, Umberto Ramos. Segundo o presidente do Instituto Amazônico da Cidadania (IACi) e integrante do Movimento Educar para a Cidadania, Hamilton Leão, ao final da série de debates, a entidade pretende formalizar a criação de uma comissão para estudar o assunto, além de acompanhar e denunciar os casos referentes à lavagem de dinheiro no Amazonas, sobretudo na capital.

Foto: Anderson Vasconcelos



Deputado Luiz Castro participou do debate sobre lavagem de dinheiro